

INTELECTUAIS, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: OS PROFESSORES NA HISTÓRIA INTELECTUAL

Márcia Santos Ferreira¹
Rômulo Pinheiro de Amorim²

Resumo: Este artigo propõe uma discussão sobre história intelectual e suas relações com a história da educação, na perspectiva de fomentar reflexões sobre as possibilidades de pesquisa abertas pela compreensão do professor como intelectual. Toma como ponto de partida algumas das diversas concepções acerca da noção de “intelectual”, discutindo suas especificidades e remetendo às ideias de legitimidade e de reconhecimento social para caracterizar os limites ou fronteiras de sua ação na sociedade. Tais discussões enfatizam características específicas da sociabilidade nos meios intelectuais, conforme elaborado por Jean-François Sirinelli, e sugerem as potencialidades para as pesquisas em história da educação da percepção da atuação profissional dos professores de todos os níveis de ensino como expressão da ação de um segmento intelectual reconhecido socialmente. A parte final deste artigo apresenta alguns dos resultados alcançados no projeto de pesquisa “Intelectuais da Educação em Mato Grosso”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória (GEM), da UFMT, e suas possibilidades de desdobramentos em novas pesquisas sobre o tema.

Palavras-chave: intelectuais; história da educação; professores.

INTELLECTUALS, HISTORY AND EDUCATION: TEACHERS IN INTELLECTUAL HISTORY

Abstract: This article proposes a discussion on intellectual history and its relations with the history of education, with a view to fomenting reflections on the research possibilities opened up by the teacher's understanding as intellectual. It takes as its starting point a few of the various conceptions about the notion of "intellectual", discussing their specificities and referring to the ideas of legitimacy and social recognition to characterize the limits or boundaries of its action in society. These discussions emphasize specific features of sociability in intellectuals, as elaborated by Jean-François Sirinelli, and suggest the potential for research in history of education of perception of the professional performance of teachers of all school levels as an expression of the action of an intellectual segment recognized socially. The final part of this article presents some of the results achieved in the research project "Intellectuals in Mato Grosso", developed by the 'Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória' (GEM) from UFMT, and their possibilities of developments in new research on the topic.

Keywords: intellectuals; history of education; teachers.

¹Doutora e Mestre em Educação. Fez graduação em Ciências Sociais. Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Mato Grosso e coordena o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, campus Cuiabá, desde fevereiro de 2013, coordenadora do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação/FORPRED, desde dezembro de 2014, e vice-coordenadora do GT 14 - Sociologia da Educação da ANPEd, desde outubro de 2013. E-mail: msf@ufmt.br

²Mestre em Educação pela UFMT. Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados. Graduado História. Membro do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória - GEM/IE/UFMT. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade. E-mail: romulo79@gmail.com

INTELECTUALES, HISTORIA Y EDUCACIÓN: LOS PROFESORES EN LA HISTORIA INTELECTUAL

Resumen: Este artículo propone una discusión sobre historia intelectual y sus relaciones con la historia de la educación, con el propósito de fomentar reflexiones sobre la posibilidad de realizar investigaciones abiertas para la comprensión del profesor como intelectual. Toma como punto de partida algunas de las diversas concepciones acerca de la noción de “intelectual”, discutiendo sus especificidades, refiriéndose a sus ideas de legitimidad y de reconocimiento social para caracterizar los límites o fronteras de su acción en sociedad. Tales discusiones se enfatizan en las características específicas de la sociabilidad en los medios intelectuales, conforme lo plantea Jean-François Sirinelli, y sugieren las potencialidades para las investigaciones en historia de la educación de la percepción de la actuación profesional de los profesores de todos los niveles de enseñanza como expresión de la acción de un segmento intelectual reconocido socialmente. La parte final de este artículo presenta algunos de los resultados alcanzados en proyecto de investigación “Intelectuales de la Educación de Mato Grosso”, desarrollado por el Grupo de investigación en Historia de la Educación y Memoria (GEM), de la UFMT, y sus posibilidades de ampliación en nuevos estudios sobre el tema.

Palabras clave: intelectuales; historia de la educación; profesores.

Introdução

Este artigo resulta das discussões realizadas para organização de um minicurso sobre a História Intelectual e a Educação, que foi oferecido durante o III Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste, realizado na Universidade Federal de Goiás, campus Catalão, de 19 a 21 de agosto de 2015.

Esta temática já estava em discussão no Grupo de Pesquisa de História da Educação e Memória (GEM), que integra o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, campus Cuiabá, desde 2010, quando o grupo deu início ao projeto de pesquisa intitulado “Intelectuais da Educação em Mato Grosso”. Neste mesmo ano, Alessandra Frota Martinez de Schueler (UFF), ministrou na UFMT o seminário “Intelectuais, redes de sociabilidade e elites culturais na Educação: perspectivas teórico-metodológicas”, que contribuiu sobremaneira para a inserção dos trabalhos publicados por Jean-François Sirinelli e outros autores citados neste artigo dentre as leituras obrigatórias do grupo. As contribuições de Alessandra Schueler não se restringiram ao referencial teórico que orientaria diversos trabalhos decorrentes do projeto sobre os intelectuais em Mato Grosso, mas também foram utilizadas para a escolha de caminhos metodológicos mais adequados aos objetos de estudo em foco. Sua colaboração nos trabalhos do grupo fica aqui registrada, assim como nossa gratidão à possibilidade aberta para o desenvolvimento de um trabalho que resultou em diversas produções. Dentre elas, destaca-se a dissertação de mestrado elaborada por Rômulo

Pinheiro de Amorim, com orientação de Márcia Santos Ferreira, sobre as “*Professoras primárias em Mato Grosso: trajetórias profissionais e sociabilidade intelectual na década de 1960*”, defendida em 2013.

Os resultados alcançados por esta dissertação de mestrado em Educação exprimem uma perspectiva de interpretação que compreende o professor como intelectual da educação. Esta perspectiva oferece a base para a discussão proposta por este artigo a respeito da história intelectual e suas relações com a história da educação.

O ponto de partida da discussão proposta constitui-se por algumas das diversas concepções acerca da noção de “intelectual”, discutindo suas especificidades e remetendo às ideias de legitimidade e de reconhecimento social para caracterizar os limites ou fronteiras de sua ação na sociedade. Tais discussões enfatizam características específicas da sociabilidade nos meios intelectuais, conforme elaborado por Jean-François Sirinelli, e sugerem as potencialidades para as pesquisas em história da educação da percepção da atuação profissional dos professores de todos os níveis de ensino como expressão da ação de um segmento intelectual reconhecido socialmente.

1. Intelectuais: Onde e quando surgiu esta categoria social? Quais suas características?

Quando procuramos informações sobre a história dos intelectuais, deparamo-nos com obras voltadas à identificação da origem desta categoria social, elencando informações geográficas, sociais, culturais ou históricas que a localizam como tendo surgido em um momento específico no tempo e no espaço.

Esta forma de abordagem não está livre de controvérsias, mas a Rússia do século XIX é indicada por diversos autores como lugar e momento significativos para a compreensão do processo de surgimento dos intelectuais.

Nessa perspectiva, podem ser identificados personagens representativos da categoria que passou a ser identificada como *intelligentsia* “clássica”, como: Pedro, o Grande (1694-1775), Catarina II (1776-1790), Alexandre I (1801-1825) e Nicolau I (1825-1855).

Transitando entre os séculos XVII e XIX, tais personagens tiveram suas ações associadas a mudanças sociais significativas que podem ser relacionadas à noção que temos de intelectual. Conforme explica Luciano Martins (1987), tais mudanças relacionam-se aos processos de submissão do clero à Coroa; de organização da burocracia do Estado e de formação de seus “quadros” de funcionários; de fortalecimento da ideia de nação; e de avanço das relações mercantis, que contribuíram para transformar a rígida estratificação social até então existente.

A reforma e a expansão do ensino ganham destaque neste contexto de mudanças porque, além de intimamente relacionadas à formação de quadros para o Estado, também estão associadas, segundo Luciano Martins (1987, p. 68), ao “surgimento dos centros de constituição de uma *intelligentsia* e, não menos importante, enseja a aparição de um “público” receptivo e difusor para suas ideias”. É possível perceber, nesta perspectiva, que o processo surgimento e de reconhecimento da categoria intelectual na sociedade europeia do século XIX está fortemente vinculado à existência e consolidação de instituições de ensino responsáveis por sua reprodução e reconhecimento social.

Tal contexto de mudanças pode ser encontrado em maior ou menor grau em diversos pontos da Europa ao longo do século XIX e, em especial, na França, encontraria, em 1898, uma expressão significativa para a história dos intelectuais: as manifestações de escritores franceses aos desdobramentos do chamado “caso Dreyfus” e seu reconhecimento público.

O manifesto intitulado “*J'accuse!*”, publicado por Émile Zola, em 13 de janeiro de 1898, no jornal literário *L'Aurore*, foi paradigmático para a compreensão do processo de legitimação pública mais ampla, ou de modificação naquilo que, segundo Hannah Arendt (1989), passaria a ser reconhecido como “arena pública”. Conforme explica Milene Suzano (2008, p. 77), “a arena política, o debate em torno das questões da época transfere-se para outro espaço: os meios de comunicação de massa”. O “caso Dreyfus” e seus desdobramentos agregaram elementos ao conjunto de insatisfações que se manifestavam na sociedade francesa da época e contribuíram para o reconhecimento social dos escritores que se colocavam publicamente favoráveis à revisão do caso judicial – que havia condenado à prisão perpétua o oficial judeu acusado de espionagem – como sujeitos capazes de exprimir e sintetizar as posições políticas divergentes naquele momento.

Em um trecho emblemático do manifesto, Zola (1999, s/p.) afirmava: “Meu dever é falar, não quero ser cúmplice. Minhas noites seriam atormentadas pelo espectro do inocente que paga, na mais horrível das torturas, por um crime que ele não cometeu”.³ Este discurso de Zola foi interpretado como expressivo de uma forma de aproximação às paixões do homem comum, dos trabalhadores, que, até então, apareciam na cena pública como indiferentes aos fatos políticos (ARENDR, 1989). Com o manifesto “*J'Accuse*”, o “intelectual” fala a uma “plateia”, que o reconhece como capaz de expressar sua própria indignação ou inconformismo com uma situação considerada injusta e, por isso, atribui legitimidade ao seu discurso.

Na história social dos intelectuais, no entanto, mantêm-se as controvérsias sobre a “origem” dos intelectuais. Para citar alguns dos exemplos mais conhecidos, pode-se recorrer à interpretação

³No original: “*Mon devoir est de parler, je ne veux pas être complice. Mes nuits seraient hantées par le spectre de l'innocent qui expie là-bas, dans la plus affreuse des tortures, un crime qu'il n'a pas commis*” (ZOLA, 1999).

sugerida por Maurice Agulhon (1989), que identifica a aparição dos intelectuais com o surgimento de condições de constituição de um debate público e democrático na chamada “*Republique des lettres*”, na segunda metade do século XVIII, e, portanto, antes do caso Dreyfus. Peter Burke, em seu livro “Uma História Social do Conhecimento” (2003), também identifica entre os enciclopedistas do século XVIII, a chamada “*gens de lettres*”, como “pessoas capazes de abordar diferentes campos”, sem distinção entre áreas de conhecimento. Jacques Le Goff (2003), por sua vez, em “Os intelectuais na Idade Média”, identifica essa categoria transitando entre os séculos X e XIII. Isso sem deixarmos de mencionar a importância da contribuição de Max Weber (1999) em seu “Ciência e Política: duas vocações”, obra em que discute a ação política e científica em um meio social marcado pelos processos de urbanização e industrialização, simultaneamente acompanhados pela racionalização e burocratização, que caracterizam o “desencantamento do mundo”, no qual a missão do intelectual é entendida como uma busca de compreensão pela razão, através de uma dinâmica especificamente acadêmica, marcada pelas práticas de produção, publicação e divulgação dos conhecimentos.

Na perspectiva apontada pela história social dos intelectuais, a noção de “intelectual” assume um caráter polissêmico, que varia conforme o momento histórico focalizado: desde o clérigo da Idade Média, passando pelo “leigo erudito” ou “homem de cultura”, e chegando ao “escritor jurista” do século XVIII.

No debate sobre as definições da noção de “intelectuais”, é possível identificar duas posições teóricas que ora os colocam como uma *intelligentsia* desinteressada e socialmente desvinculada, que se localizaria “acima” das classes sociais, de forma relativamente autônoma, ora identificam com a própria atividade humana, entendida como intrinsecamente intelectual. A famosa assertiva de Antonio Gramsci (1995, p. 7): “todos os homens são intelectuais, [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” exprime claramente a segunda posição no debate, pela qual os intelectuais são necessariamente vinculados a uma situação de classe. Já a primeira ficaria marcada pelas elaborações de Karl Mannheim (1968) e Max Weber (1999).

2. História intelectual: possibilidades

Outra chave de interpretação para a história intelectual pode ser identificada quando, ao invés de se procurar pelas “origens”, questiona-se o funcionamento do meio intelectual, suas fronteiras e suas especificidades em relação aos demais círculos sociais.

Através deste reposicionamento do pesquisador em relação ao seu objeto, novas perspectivas de interpretação adquirem destaque, enfatizando as relações estabelecidas no interior do meio intelectual e entre este e a sociedade mais ampla, em diversos momentos históricos.

Um exemplo desta perspectiva pode ser identificado nos trabalhos elaborados por Jean-François Sirinelli (1998, 2003). Este autor discute a noção de “intelectual” e de “sociabilidade intelectual”. Segundo Sirinelli (2003, p. 242), a concepção de intelectual é entendida por meio de duas definições: “uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, e a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento [...] na vida da cidade como ator”.

Para Sirinelli (2003), na primeira acepção podem ser incluídos os escritores, jornalistas e professores, bem como os criadores e mediadores em potencial, como por exemplo, os estudantes. Enquanto na segunda acepção estaria localizado um grupo mais restrito, composto por indivíduos que exercem uma atividade de maior influência no cenário público, ao defender uma concepção ideológica ou uma causa de impacto social. Essa função é exercida mediante a utilização de certa especialidade de saberes, que permite uma ação mais incisiva na esfera social, bem como o reconhecimento da sociedade em que está inserido, como atuante na vida da cidade como um ator social. Além disso, “tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

A noção de sociabilidade intelectual, segundo Sirinelli (2003), é constituída de duas formas: como redes de sociabilidade que subsidiam o campo intelectual por meio das forças de adesão (amizade, influência, fidelidades) e de exclusão (posições tomadas, cisões), e como “microclimas”, que apresentam a conduta específica de um grupo de intelectuais.

As forças de adesão e exclusão, que compõem a primeira compreensão de sociabilidade intelectual, podem ser percebidas, respectivamente, nas semelhanças ideológicas e culturas entre os membros de um grupo de intelectuais, que estabelecem essas afinidades pela convivência no interior do grupo, bem como quando da existência de rivalidades e brigas entre os componentes do grupo. Deste modo, as redes de sociabilidade estão sujeitas às atuações dessas duas forças em seu interior, propiciando permanências ou mudanças no campo intelectual (SIRINELLI, 2003).

A segunda forma de entendimento da noção de sociabilidade intelectual para Sirinelli (2003) é apreendida pela constituição de valores afetivos e ideológicos que são aprofundados no interior de um grupo, proporcionando o aparecimento de um “microcosmo intelectual particular”, com atributos específicos que caracterizam os intelectuais.

Os trabalhos de Sirinelli estabelecem diálogos com as interpretações de diversos cientistas sociais contemporâneos, como é o caso, por exemplo, de Pierre Bourdieu (2004a, 2004b). A

contribuição de Bourdieu para a compreensão do campo intelectual alicerça sua teoria sociológica. Para este autor, o campo intelectual, assim como os demais campos sociais, é dotado de regras específicas de funcionamento e caracteriza-se por ser um campo de forças e um campo de lutas, no qual cada sujeito que dele participa define sua posição de acordo com o montante de capital simbólico possuído e legitimado pelos pares.

A constituição de um campo está relacionada com um determinado momento histórico, bem como com as características da sociedade em que ele está inserido. Esses elementos são importantes para a compreensão das diversas possibilidades das regras específicas criadas pelos próprios membros do campo, que definem como deverem ser as interações entre seus componentes, a dinâmica da disputa de forças e as possíveis alternâncias de posições em seu interior. Deste modo, a época da configuração do campo influencia na criação das posições e no estabelecimento das relações entre as posições, conforme as leis específicas do campo. Conforme explica Bourdieu (2004a), o campo intelectual também é formado por posições que apresentam sua estrutura e funções estabelecidas previamente a partir das relações com o campo de poder.

Nesse sentido, Bourdieu (2004a) ressaltou a relevância das relações que um campo instituiu com outros campos, pois os efeitos dessas interações podem interferir na constituição de novas posições ou na alteração das regras específicas que determinam as ações de seus componentes. Além disso, o autor também destacou a hierarquia no interior do campo como um mecanismo que contribui para a dinâmica da disputa de forças, entre aqueles que almejam manter a sua posição de poder perante os demais membros e aqueles que procuram ocupar posições de maior relevância no campo. A concepção de campo complementa a de *habitus*, conforme o entendimento de Bourdieu (2004a), já que as disputas de forças no interior do campo dependem da importância do *habitus* que o seu membro adquiriu, pois isso contribui na dinâmica da competição entre as posições no espaço.

Segundo Bourdieu (2004a), o conceito de *habitus* é compreendido como a constituição de práticas, visões de mundo e padrões de comportamentos absorvidos pela convivência social. A aquisição de práticas e visões de mundo influencia na forma com a pessoa compreende a sociedade, propiciando o surgimento de características próprias de um determinado grupo social.

Deste modo, a disputa por posições no interior do campo está relacionada com a capacidade dos seus membros adquirirem o *habitus* necessário, que pode levar a uma maior inserção no campo intelectual, cuja relevância está ligada a manutenção ou a imposição de sua força perante os demais agentes do campo (BOURDIEU, 2004b).

Nessa perspectiva, portanto, a história intelectual pode ser concebida por se abrir para as dimensões sociológica, histórica e filosófica, considerando as obras em relação à formação social e

cultural de seu autor, ao campo ou ao espaço de produção e à conjuntura história. Seu propósito é buscar articulação internas e externas à obra, focalizando tanto no discurso elaborado pelos autores, quanto no campo, contextos e conjunturas de sua elaboração.

3. Professores como intelectuais: o caso dos professores primários mato-grossenses

Hannah Arendt acreditava que o professor primário podia ser entendido socialmente como exercendo um papel de intelectual. Segundo ela:

O professor primário é o intelectual para as gerações mais jovens; é intelectual porque irradia saberes, crenças, convicções; pelo lugar que ocupa na sociedade como formador; é intelectual porque professa e ensina, ações que são parte imprescindível de sua existência; são vivos nas memórias de seus alunos. (ARENDR, 1979)

Adotando esta percepção e, também, a partir das contribuições teóricas de Sirinelli e Bourdieu, o Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória (GEM), da UFMT, desenvolveu o projeto “Intelectuais da Educação em Mato Grosso”.

Dentre as pesquisas que integraram o projeto está a dissertação intitulada “*Professoras primárias em Mato Grosso: trajetórias profissionais e sociabilidade intelectual na década de 1960*”, de Rômulo Pinheiro de Amorim (2013), cujo objetivo é interpretar a atuação de um grupo de professoras primárias como intelectuais da educação em Mato Grosso, durante o período em estudo. A pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo das trajetórias de formação e profissionais de um grupo de professoras primárias mato-grossenses.

A formação de um grupo de intelectuais da educação foi se constituindo na medida em que as professoras, durante a formação escolar, se inseriram em redes de sociabilidade que permitiram a aquisição de *habitus* que propiciaram o ingresso em novas redes de sociabilidade em Mato Grosso e fora do estado. O *habitus* adquirido pelas docentes ao longo de seu processo de formação contribuiu para que suas atividades profissionais adquirissem maior relevância no campo educacional mato-grossense nos anos 1960.

A organização e execução de planejamentos educacionais nos anos 1960 contribuíram para o surgimento de novas posições no interior do campo educacional brasileiro e mato-grossense, pois o governo estadual se articulou com o governo federal, na reorganização do ensino em Mato Grosso.

A professora Irinéia Francisca, um dos sujeitos da pesquisa, nasceu na cidade de Santo Antônio de Leverger em 1941 e realizou o ensino primário no Grupo Escolar Leônidas de Matos (SILVA. Santo Antônio de Leverger 05/11/2011). A sua irmã e também sujeito da pesquisa, a

professora Celcita Pinheiro, também nascida em Santo Antônio Leverger, em 1943, realizou o curso primário no mesmo grupo escolar que Irinéia (SILVA. Cuiabá 18/11/2011).

Ambas as professoras, após o término do ensino primário, foram enviadas pelos seus pais à capital, Cuiabá, para continuarem seus estudos, pois em muitas cidades do interior do estado não havia grupos escolares, escolas ginásiais, escolas de nível secundário e escolas normais (AMORIM, 2013).

A chegada de Irinéia e Celcita à cidade de Cuiabá proporcionou sua inserção em novas redes de sociabilidade, que possibilitaram a aquisição de novo *habitus* oriundos das relações estabelecidas nessas redes. Ambas conseguiram ingressar na Escola Normal Pedro Celestino. Deste modo, os percursos de formação escolar das professoras foram avançando cada vez mais para o ingresso em outras redes de sociabilidade que estavam surgindo nos anos 1960 (AMORIM, 2013).

A professora Amil Terezinha, que também concordou em participar como sujeito desta pesquisa, nasceu em 1938 na cidade de Cuiabá, mas concluiu o ensino primário e ginásial na cidade de Três Lagoas e se mudou para a cidade de Campo Grande, onde realizou o curso normal na Escola Normal Joaquim Murtinho (SILVA. Cuiabá 03/08/2011). Já a professora Nazita Santiago, a quarta participante da pesquisa, realizou o ensino primário no Grupo Escolar Senador Azeredo e o ginásio na Escola Particular Ginásio Brasil, bem como continuou seus estudos na Escola Normal Pedro Celestino (BARROS. Cuiabá 05/10/2011).

As inserções das professoras nos grupos escolares e escolas normais do estado possibilitaram o estabelecimento de novas relações nessas redes de sociabilidade, que lhes permitiram a aquisição de um novo *habitus*, inacessível às professoras que não haviam cursado o magistério e que, à época, eram denominadas de “leigas”. Deste modo, as professoras em foco, ao concluírem o curso normal, adquiriram maior projeção no campo do magistério do estado, fato que lhes permitiu a continuidade de seus processos de formação fora de Mato Grosso (AMORIM, 2013).

A sociabilidade das professoras aponta para a aquisição de saberes oriundos da inserção nas redes de sociabilidade que estavam disponíveis no campo educacional do estado, bem como possibilitou a credibilidade necessária para ampliar o *habitus* com o ingresso em novas redes fora de Mato Grosso.

Nesse sentido, o contexto educacional brasileiro nos anos 1960 foi marcado pela organização de planejamentos educacionais que tinham como objetivos ampliar a oferta do ensino primário para a população, bem como melhorar a eficiência do ensino nas escolas brasileiras. O Plano Trienal de Educação, de 1963, apontou para essas metas a serem executadas, com a

construção de novos prédios escolares e o oferecimento de uma nova formação docente, tendo como base a criação de cursos de aperfeiçoamento para professores normalistas e cursos de “recuperação” para professores leigos, com a criação dos Centros de Treinamento do Magistério em várias regiões do Brasil (BRASIL, 2011).

O governo de Mato Grosso vinculou-se aos objetivos do planejamento educacional elaborados pelo governo federal e enviou 56 professoras normalistas para realizarem cursos de especialização em educação no Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar - PABAE, na cidade de Belo Horizonte – MG. Além disso, as docentes do estado foram enviadas para realizarem cursos de especialização no Centro Regional de Pesquisa Educacional de São Paulo e no Instituto de Educação do Rio de Janeiro. As professoras Amil Terezinha, Celcita Pinheiro e Irinéia Francisca realizaram o Curso de Especialização em Supervisão do Ensino Primário no PABAE, e a professora Nazita Santiago realizou o Curso de Especialização em Jardim de Infância, no Instituto de Educação (AMORIM, 2013).

O governo federal, associado com o governo dos Estados Unidos, realizou o PABAE, que tinha como objetivo o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento aos docentes normalistas, com o intuito de melhorar a eficiência do ensino oferecido nas escolas do país. O programa iniciou suas atividades em 1956 e terminou no ano de 1964 (PAIVA; PAIXÃO, 2002).

Deste modo, as professoras mato-grossenses, ao se inserirem em novas redes de sociabilidade fora do estado, relacionaram-se com vários colegas/cursistas de diversas regiões do país, bem como diversificaram seu aprendizado com as aulas dos cursos ministrados por professores estadunidenses e brasileiros.

A especialização realizada pelas professoras no início dos anos 1960 no PABAE, em Minas Gerais, e no Instituto de Educação, do Rio de Janeiro, proporcionou-lhes a aquisição de um novo *habitus*, oriundo das interações e dos novos conhecimentos pedagógicos advindos dos cursos, bem como por meio das viagens para outras cidades fora do local onde eram ministrados os respectivos cursos de especialização (AMORIM, 2013).

A professora Nazita ampliou a sua sociabilidade ao desempenhar aulas práticas, no estágio, em escolas públicas e particulares da cidade do Rio de Janeiro e nas viagens à cidade de São Paulo para conhecer a estrutura pedagógica das universidades e os clubes sociais (BARROS. Cuiabá 05/10/2011). Já as professoras que realizaram o curso de especialização no PABAE vivenciaram o aprendizado de novos conhecimentos pedagógicos e ampliaram as suas experiências em aulas ministradas em cidades históricas do estado de Minas Gerais, conforme registrado nas fotos abaixo:

Foto 01: Atividades da disciplina técnicas agrícolas no PABAAE (1963-1964).

Fonte: Acervo privado SILVA, 2011.



Foto 02: Aula de artes do PABAEE em Ouro Preto. (1963-1964)

Fonte: Acervo privado SILVA, 2011.



Os retornos das professoras a Mato Grosso, após adquirirem novos conhecimentos educacionais nos cursos de especialização no PABAEE e Instituto de Educação, permitiram que elas alcançassem uma nova inserção no campo do magistério do estado, o que possibilitou um maior poder de influência em relação aos demais professores da rede pública de ensino.

Para Bourdieu (2004a), novas posições podem surgir no interior de um campo ao logo do tempo. Esse fato pode impulsionar os seus membros a buscarem a obtenção de um novo *habitus* que possibilite a manutenção de uma posição ou a inserção em uma posição que permita uma atuação mais incisiva perante os demais componentes do campo.

Nesse sentido, o campo do magistério de Mato Grosso sofreu alterações nos anos 1960, com a execução do planejamento educacional elaborado pelo governo federal e pela participação do governo estadual na inserção de mudanças na formação de professores da educação pública mato-grossense.

Esse fato pode ser notado pela criação, realizada pelo governo federal e pelo governo estadual, do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, em 16 de agosto de 1963, que tinha como objetivo oferecer cursos de aperfeiçoamento para professores normalistas e o curso de férias para professores “leigos”, que existiam em grande quantidade no estado (MARCÍLIO, 1963).

As professoras mato-grossenses ao retornarem para estado após o término dos cursos de especialização ingressaram em novas posições que estavam sendo criadas no campo educacional do estado, que vivenciava um processo de reorganização do ensino nos anos 1960.

Nesse sentido, a professora Irinéia atuou como supervisora do ensino primário no município de Rosário Oeste e, posteriormente, exerceu essa função na cidade de Santo Antônio de Leverger. O trabalho de supervisão tinha o objetivo de orientar as professoras “leigas” nas atividades voltadas para o ensino primário. As atividades desenvolvidas por Irinéia possibilitavam a divulgação de novos conhecimentos pedagógicos entre as docentes “leigas” do município. Além disso, Irinéia também exerceu o cargo de assistente, na equipe que coordenava a realização do curso de férias para professores “leigos”, ministrado no Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá (SILVA. Santo Antônio de Leverger 05/11/2011).

Já a professora Celcita exerceu a função de supervisora do ensino primário em Santo Antônio de Leverger antes da chegada de Irinéia para ocupar o referido cargo. A sua atuação nessa função no município foi de apenas seis meses, pois a mesma se transferiu para a cidade de Jaciara. Neste município, Celcita trabalhou em articulação com diferentes comunidades rurais e com as autoridades políticas da região, para a construção de escolas primárias nas localidades, com o intuito de ofertar o ensino primário para a população, bem como desempenhar o trabalho de supervisão, orientando as professoras “leigas” em suas atividades escolares. Contudo, a distância entre as comunidades dificultava a realização do trabalho de supervisão. Diante dessa dificuldade, Celcita, com o apoio do padre da cidade, atuou na criação de um curso de férias que propiciasse reunir as professoras leigas para a efetivação da difusão dos novos conhecimentos pedagógicos.

Após esse fato, a professora Celcita obteve, junto ao prefeito da cidade, o apoio necessário para realizar as visitas às escolas rurais, com o intuito de acompanhar as atividades das professoras leigas no magistério (SILVA. Cuiabá 18/11/2011).

A professora Amil retornou para o estado de Mato Grosso e ocupou o cargo de Supervisora Chefe do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário PAMP/MEC, tornando-se responsável pela região sul do estado. Amil atuou na criação e organização do curso de férias destinado aos professores leigos da parte sul de Mato Grosso (SILVA. Cuiabá 03/08/2011).

A professora Nazita, ao retornar para Mato Grosso, após a realização do curso de especialização, passou a trabalhar como funcionária na equipe do Departamento de Educação, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do estado. Depois de realizar um curso de supervisão do ensino primário no Colégio Coração de Jesus, em Cuiabá, a professora Nazita teve a oportunidade de atuar nas articulações junto ao governo federal para a criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá (CTM/Cuiabá), bem como ocupou o cargo de Supervisora Chefe do PAMP/MEC, responsável por toda a região norte do estado (BARROS. Cuiabá 05/10/2011).

O CTM/Cuiabá recebia uma grande quantidade de professoras leigas oriundas de diversas regiões do estado. As docentes ficavam no Centro, em regime de internato, nos meses de janeiro, fevereiro e julho, para participarem do curso de férias, que tinha o objetivo de difundir os novos conhecimentos pedagógicos para professoras leigas de Mato Grosso.



Foto 3: Alunas no pátio do Centro de Treinamento de Magistério de Cuiabá (1965)
Fonte: Acervo privado Barros, 2011.

As novas inserções das professoras mato-grossenses no campo do magistério do estado permitiram que elas aumentassem seu poder de ação perante os demais docentes do estado, bem como propiciaram a oportunidade de atuarem na organização de cursos de formação para os professores leigos e professores normalistas.

Considerações finais

Este trabalho procurou não só apresentar alguns autores que discutem o surgimento e a conceituação de intelectuais, mas indicar a possibilidade de percepção de uma relação entre a história intelectual e a história da educação, ao buscar compreender as professoras primárias de Mato Grosso como intelectuais da educação.

Deste modo, o estudo do campo educacional brasileiro e mato-grossense nos anos 1960 contribuiu para a compreensão de como as professoras foram ampliando a sua força de atuação no interior do campo do magistério estadual, ao verificar as novas posições que estavam surgindo na área educacional.

Nesse sentido, as professoras primárias mencionadas nesse estudo foram se constituindo como um grupo de intelectuais da educação em Mato Grosso nos anos 1960, quando se inseriram nas redes de sociabilidade disponíveis no campo da Educação do estado bem como conseguiram ampliar o seu *habitus*, ao ingressarem em redes de sociabilidade fora de Mato Grosso.

A sociabilidade vivenciada pelas professoras em seus percursos escolares dentro e fora do estado de Mato Grosso permitiu a aquisição de *habitus* necessários para ocupar posições profissionais de maior destaque no campo educacional, já que a maioria das professoras do estado não possuía sequer a formação mínima considerada necessária ao exercício da profissão.

A ampliação dos conhecimentos educacionais das professoras e a inserção em novas posições no campo do magistério estadual possibilitaram a elas o exercício do papel de intelectuais da educação em Mato Grosso, ao participarem do processo de reorganização da educação mato-grossense nos anos 1960.

As especialidades dos saberes adquiridos pelas professoras possibilitaram o reconhecimento necessário para que elas fossem reconhecidas como intelectuais da educação, ao ocuparem cargos de chefias ou funções voltadas para coordenação e difusão de novos conhecimentos educacionais para as demais professoras em Mato Grosso.

Assim como percebido nas trajetórias profissionais das professoras primárias focalizadas neste estudo, é possível identificar especificidades das trajetórias de outras professoras e professores que contribuem para caracterizá-los como intelectuais da educação em seus respectivos campos de atuação. Esta percepção abre inúmeras possibilidades de desdobramentos da temática em novas pesquisas na História da Educação, seja no estado de Mato Grosso, seja em outros estados ou regiões do país, em recortes espaciais e temporais diversificados.

Referências

AGULHON, Maurice. Depoimento. In: NORA, Pierre (org.). **Ensaio de ego-história**. Lisboa, Direi, 1989.

AMORIM, Rômulo P. **Professoras primárias em Mato Grosso: trajetórias profissionais e sociabilidade intelectual na década de 1960**. 2013. 161f Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2013.

ARENDT, Hanna. **A crise da educação: entre o passado e o futuro**. São Paulo, Perspectiva, 1979.

———. O caso Dreyfus. In: **As origens do totalitarismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

BRASIL. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 **In: O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento**. [direção Rosa Freire d'Aguiar] – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 35 – 440.

BOURDIEU, Pierre, Campo de Poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva. 2004a, p. 183-202.

———. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, Ed. UNESP, 2004b.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

———. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

GONTIJO, Rebeca. História, Cultura, Política e Sociabilidade Intelectual. In: SOIHET, R.; BICALHO, M.; GOUVÊA, M. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro, MAUAD/FAPERJ, 2005, p. 259-284.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. p. 3-114.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média.** Rio de Janeiro, José Olympio, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia.** Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 2, n. 4, p. 65-87, 1987.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: **Intelectuais à brasileira.** São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SCHUELER, Alessandra F. M. Combates pelo ofício em uma escola *moralizada e cívica*: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 1 [9], p. 109-139, jan.-jun./2005.

———. Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (Corte Imperial, 1860-1889). **Revista de Educação Pública**, v. 16, n. 32, p. 131-144, set.-dez./2007.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. **Para uma história cultural.** Lisboa, Editora Estampa, 1998.

———. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SUZANO, Milene. ["J'accuse" na imprensa brasileira: algumas repercussões e interpretações no caso Dreyfus.](#) **Escritos:** Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 2, n. 2, p. 75-109, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo, Cultrix, 1999.

ZOLA, Émile. **J'Accuse.** Association de Bibliophiles Universels, 1999. Disponível em http://abu.cnam.fr/cgi-bin/donner_html?jaccuse3. Acesso em 10/07/2015.